



**I Seminário Nacional Infância,
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

Onde estão as Crianças LGBTQIAP+?: Reflexões e disputas no Brasil atual

Where Are the LGBTQIAP+ Children?: Reflections and Struggles in Contemporary Brazil

Stallone Pereira Abrantes

Thais da Silva de Lima Santos

Ana Beatriz Pinheiro Veloso

Carla Melissa Pinto dos Santos

Eixo Temático: Eixo 5 – Gênero, Sexualidade e Violência Doméstica

Introdução

As principais discussões sobre gênero e sexualidade nos últimos anos no mundo e no território brasileiro compõem um cenário político e social de muitos conflitos. Tanto no que tange ao campo da política institucional quanto nas universidades, as discussões acerca dessa temática encontram dificuldades e barreiras, tendo em vista que a extrema direita, a militarização da vida e determinados núcleos e modelos de famílias fortalecem e distorcem narrativas em torno das infâncias e da dignidade humana.

O objetivo deste trabalho é refletir acerca dos discursos produzidos sobre as infâncias LGBTQIAP+ no campo educacional, assim como pensar a formação de professoras/es e psicólogas/os a partir do Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior – INFES, da Universidade Federal Fluminense – UFF.

Trata-se de um trabalho desenvolvido pelo “Laboratório Yangí – Estudos Interseccionais, Epistemologias e Educação”, desenvolvido no já referido instituto na UFF – Santo Antônio de Pádua.

Desenvolvimento

Muitas vezes, encontramos uma pergunta que atravessa a história e a existência de muitas crianças: “Quem sou eu?”. Tal questão, que parece inicialmente algo simples ou filosófico, carrega uma amplitude de perspectivas e desemboca em experiências de pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneras, Travestis e Transexuais, Queers, Intersexuais, Assexuais e Pansexuais (e outras muitas identidades e sexualidades) – LGBTQIAP+, principalmente em suas infâncias. Ciências Naturais,

como a Medicina, apontaram medidas e intervenções com esse público e colocam principalmente as infâncias como locus de controle.

O campo da infância é, na atualidade no Brasil, um espaço de disputas ético-políticas de narrativas e teorias, principalmente na Psicologia. Historicamente, a Psicologia, a partir de epistemologias positivas e modernas, bem como teorias do desenvolvimento, se apropriou do conceito de infância, localizando-o como um movimento linear do homem/humano em que parte das ideias de corpo, das relações e da linguagem emerge. Tais concepções lineares de infâncias enxergaram na educação um terreno fértil para ampliação e mobilização dessas ideias.

Sofia Favero (2024), psicóloga e doutora em Psicologia, aponta que estes ideais são estratégias de fortalecimento da cisgeneridade, que atua como ideal regulatório do corpo, da mente e das relações sociais. Jaqueline de Jesus (2014) entende a cisgeneridade como uma forma de produzir subjetividades no intuito de classificar qual sexo deve estar em consonância com as identidades.

Conceber a cisgeneridade como uma forma de constituição subjetiva permite problematizar e desestabilizar concepções naturalizadas que se encontram enraizadas no senso comum, como a suposição de que sujeitos cisgêneros representariam uma expressão “autêntica” ou “biológica” do gênero. Assim, o conceito de cisgeneridade contribui para um deslocamento teórico e político nas reflexões sobre gênero, ao recusar a oposição binária que associa pessoas trans e travestis à artificialidade ou à desvinculação da natureza.

Destacamos ainda que este termo surge a partir do movimento social de pessoas travestis e transexuais como categoria analítica para pensar os corpos que não sofriam com as classificações políticas e biológicas. Nosso intuito é demarcar que a cisgeneridade e a heterossexualidade não se configuram apenas como marcadores sociais, mas como um campo normativo a ser estimulado, ou seja, um modelo a ser seguido pela infância, pelos adultos e pelos idosos.

Considerações Finais

Ao produzir processos de violência que negam/exterminam existências outras, institui naturalizações e padronizações do que seria a vida. Dentro dos processos de regulamentação de existências, alguns espaços são extremamente estratégicos. A escola, por exemplo, funciona como locus de sistematização e enraizamento de práticas e discursos que negam e excluem existências de crianças LGBTQIAP+, sobretudo nos anos iniciais, como educação infantil e os primeiros anos do



**I Seminário Nacional Infância,
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

ensino fundamental. É fundamental, neste sentido, acompanhar no campo educacional a proliferação de ideias e discursos que patologizam crianças LGBTQIAP+.

Desta forma, há uma urgência dos saberes psicológicos e sua interface com a educação em pensar o campo da infância para além da cisgeneridade, pois temos observado tanto a negação da existência de crianças LGBTQIAP+, como a violação de direitos básicos à vida e à dignidade desse público. Para além disso, existem inúmeras lacunas em relação às discussões sobre infâncias LGBTQIAP+ nos cursos de licenciatura, a exemplo de Ciências Naturais, Matemática e Física, que ainda produzem discursos que reiteram o controle, a patologização e até negam a existência dessas crianças.

Referências Bibliográficas

FAVERO, S. **Crianças trans**. Salvador/BA: Devires, 2024.

JESUS, J. G. **Transfeminismos: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Editora Metanoia, 2014.